

A formação crítica nos Cursos Superiores de Tecnologia no contexto da Sociedade do Conhecimento

Edson Detregiachi Filho

Docente do Curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial – Faculdade de Tecnologia de Garça (FATEC-Garça)

www.fatecgarca.edu.br – Prol. Av. Presidente Vargas-2331 – 17.500-000 – Garça – SP

Pesquisador e Docente do Curso de Engenharia de Produção – Centro Universitário Eurípides – UNIVEM - Marília

www.univem.edu.br – Av. Hygino Muzzi Filho- 529 – 17.525-901 – Marília-SP

engedson2009@gmail.com

***Abstract.** This article analyzes truancy in technology education from the standpoint of a strand of the results obtained in the research. The analysis of the questionnaires, along with the theoretical framework exploited for the development of research, pointed out that despite the difficulties encountered, an inherent characteristic of students CSTs is the ease of interaction with the new issues arising from technological innovation of the Knowledge Society. This paper explores this ease of interaction with new themes advocating the critical importance of training students as aid to control the dropout mechanism, as well as important training tool the key to consolidating the democratic process critical citizen.*

***Resumo.** Este artigo analisa a evasão escolar na educação tecnológica sob o foco de uma vertente dos resultados obtidos na pesquisa. A análise dos questionários aplicados, juntamente com o referencial teórico explorado para o desenvolvimento da pesquisa, apontou que apesar das dificuldades encontradas, uma característica inerente aos alunos dos CSTs é a facilidade de interação com os novos temas de inovação tecnológica decorrentes da Sociedade do Conhecimento. Esse texto explora essa facilidade de interação com os novos temas defendendo a importância da formação crítica dos alunos, como mecanismo de auxílio ao controle da evasão escolar, bem como, importante ferramenta de formação do cidadão crítico, fundamental para a consolidação do processo democrático.*

1. Introdução

Esse texto aborda uma vertente dos resultados obtidos, na pesquisa desenvolvida na Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Garça, sobre o tema da evasão escolar nos Cursos Superiores de Tecnologia. Apesar da elevada concorrência no vestibular, um dado apresentado pela Instituição causou inquietação e motivou a elaboração da pesquisa, qual seja, de cada dez alunos matriculados nas FATECs, apenas cinco

concluem o curso superior de tecnologia, o que representa o elevado índice de 50% de evasão escolar.

A justificativa é que os alunos ao se depararem com as dificuldades para o acompanhamento do curso, como a deficiência de formação na educação básica e a falta de tempo para suprir essa deficiência, por já acumularem a dupla função de estudar e trabalhar, aderem à evasão escolar. O objetivo geral da pesquisa é determinar os fatores que conduzem os alunos à evasão escolar. Como objetivo específico procurou-se, verificar as principais dificuldades que os alunos encontram ao iniciar o curso superior de tecnologia, as sugestões dos alunos para facilitar a sua permanência nesses cursos e a percepção dos diretores da Unidade Escolar em relação aos motivos que levam os alunos à evasão escolar.

A pesquisa é um estudo de caso desenvolvido mediante a aplicação de questionários aos alunos ingressantes nos cursos da Unidade Escolar e também pela aplicação de entrevistas às dirigentes da UE acerca do tema da evasão escolar. A análise dos dados coletados pela pesquisa, apoiados teoricamente com o referencial explorado para o desenvolvimento da pesquisa, revelou uma característica inerente aos alunos dos CSTs, qual seja, a facilidade de interação com os novos temas de inovação tecnológica decorrentes da Sociedade do Conhecimento.

Esse texto explora essa facilidade de interação com os novos temas, inerentes aos alunos dos CSTs, defendendo a importância da formação crítica dos alunos, como mecanismo de auxílio ao controle da evasão escolar, bem como, importante ferramenta de formação do cidadão crítico fundamental para a consolidação do processo democrático.

2. Épocas de transição: os valores do ontem versus os valores do amanhã

Essas grandes mudanças ocorridas no campo do trabalho, sob a hegemonia do sistema capitalista, que acontecem em um contexto de grande transição por meio do avanço científico e tecnológico, configuram as chamadas sociedades pós-modernas ou pós-industriais ou sociedade do conhecimento e inibem a característica crítica do homem pela própria dificuldade que ele tem de entender as mudanças. Neste período de transição o homem encontra-se fragilizado pois com a dificuldade de interagir com os temas, sua ação de interferidor está ameaçada.

E sem a capacidade de visualizar esta tragédia, de captar criticamente seus temas, de conhecer para interferir é levado pelo jogo das próprias mudanças e manipulado pelas já referidas prescrições que lhe são impostas ou quase sempre maciamente doadas. Percebe apenas que os tempos mudam, mas não percebe a significação dramática da passagem, se bem que a sofra. Está mais imerso nela que emerso. (FREIRE, 2008, p.53)

A fragilização da ação interferidora do homem é portanto, segundo Freire (2008), notória nos períodos de grandes mudanças, inibindo inclusive eclosões de movimentos populares, conforme nos mostra a História. Isso é evidente em Hobsbawm (2000) ao relatar por exemplo que, durante a “Éra dos Impérios”, período que o autor delimitou entre os anos de 1875 e 1914, em função das enormes alterações políticas, sociais e econômicas ocorridas no mundo ocidental, geradas pelo avanço da tecnologia, pela industrialização dos países desenvolvidos e sua urbanização, pelo crescimento da

produção material e das comunicações, com a evolução dos transportes por meio das locomotivas, promoveram tantas mudanças que os levantes populares foram insipientes e portanto caracterizou este período como uma era de paz sem precedentes no mundo ocidental. Podemos inferir porém, que esta acomodação do homem interferidor é também transitória e dinâmica, condicionada à capacidade que ele tem de ‘metabolizar’, apreender e retomar sua ação de interferidor. Isso fica evidenciado ainda em Hobsbawm (2000), quando esse autor complementa que apesar da grande paz, o período gestou uma era de guerras mundiais sem paralelo.

No Brasil, Freire (2008) aponta para o período de instabilidade política que antecedeu o golpe militar de 1964, com a incidência de eclosões populares, que podemos inferir tenham sido contidas nas ditaduras antecedentes, porém inevitavelmente foram gestadas e ‘metabolizadas’ para enfim emergirem neste período de instabilidades. Segundo o autor, “o país começava a encontrar-se consigo mesmo. Seu povo emerso iniciava as suas experiências de participação. Tudo isso, porém, estava envolvido nos embates entre os velhos e os novos temas” (FREIRE, 2008, p.91). Essa participação popular brasileira nos remete à Holanda (2008, p. 147) que aponta que a lhanza do “homem cordial” brasileiro “detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar inatas sua sensibilidade e suas emoções”.

Essa instabilidade, em um período característico de grandes mudanças, com embate entre os velhos e novos temas, o dinamismo do período com avanços e recuos confundiam ainda mais o homem, forçando-o a adotar atitudes optativas, que segundo Freire (2008) é inerente ao processo democrático.

A própria essência democrática envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca – a mudança. Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constante. São flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes, maior flexibilidade de consciência.(FREIRE, 2008, p. 98)

Porém, ainda segundo o autor, faltava ao povo brasileiro justamente esta formação democrática, levando-o a duvidar de suas possibilidades, ao lado do medo da solidão, que se alonga como “medo da liberdade”. Dessa maneira, assustado e com dificuldade de interagir com os temas, torna-se presa fácil das elites dominantes que por meio da sectarização emocional conduzem-no ao reacionarismo acrítico.

Essa manipulação das classes populares pelas elites não é novidade na História, e esteve presente na maioria das vezes em que grandes interesses estiveram envolvidos. Hobsbawm (2000) relata que democracia é o governo das massas, e estas possuem interesses distintos da classe dominante. Portanto, quando a política democrática não podia mais ser protelada em função da pressão popular, as elites trataram de manipulá-la, desembocando na “democracia burguesa”, pretendendo a estabilidade político-econômica necessária aos regimes capitalistas.

Segundo Freire (2008, p.94) a falta de formação democrática do povo brasileiro deve ser compensada pela educação que tem como papel fundamental “colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição”. Essa emocionalidade podemos inferir, recorrendo à Holanda (2008, p.147), é potencializada por uma característica nata que confere ao homem brasileiro “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, caracterizando-o como “homem cordial”. Ainda segundo Freire (2008, p.94), essa emocionalidade não pode ser ingênuo e

portanto é preciso “arma-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emersão que fazia, em oposição transitivamente ingênua”(FREIRE 2008, p.94), e conclui que certamente não é essa educação que convêm àqueles que pretendem manipular os interesses democráticos.

Retomando à questão de como as classes dominantes poderiam monitorar e controlar a autonomia crítica e reflexiva necessária ao trabalhador do século XXI, nos faz inferir que um dos caminhos que pode ser trilhado como estratégia para atingir tal objetivo poderá concretizar-se pela conformação da subjetividade e dos desejos de toda a coletividade, pretendendo modela-la para o ajustamento à ideologia da classe hegemônica.

A dificuldade de reconhecer até que ponto nossos desejos – e igualmente nossos pensamentos e sentimentos não são realmente nossos, mas nos foram inculcados de fora, está estreitamente vinculada ao problema da autoridade e da liberdade. [...] Por nos haveremos libertado das formas ostensivas e mais antigas da autoridade, não vemos que nos tornamos presas de um novo tipo de autoridade. (FROMM, 1978, p. 201)

Ainda segundo Fromm (1978, p. 198), “há outros fatores que cooperam ativamente para confundir o que possa restar da capacidade do adulto comum para pensar com originalidade”, entre eles o de transformar fatos simples, que se deveria esperar que todos entendessem, em fatos extremamente complicados, que só um “especialista” pudesse compreendê-los, desencorajando qualquer tentativa de senso crítico do homem. Essa estratégia, que não é nova, tem como objetivo confundir o senso crítico do cidadão e o autor já denunciava isso à época da Segunda Guerra Mundial ao afirmar que “jamais como hoje se abusou tanto das palavras para ocultar a verdade. [...] Os nomes democracia, liberdade e individualismo também tornaram-se vítimas desse abuso” (FROMM, 1978, p.217).

3. A contribuição da juventude para a sociedade

O presente trabalho não pretende apenas pontuar a questão da participação juvenil na sociedade, mas auxiliar na elaboração de uma formação crítica em relação a esse tema, com o objetivo de explicitar e socializar intenções, para conduzir ações nos movimentos envolvidos. Entende-se que é necessário uma constante atualização e re-elaboração desse pensamento, de formação crítica dos jovens, por parte de todos os indivíduos, tendo como perspectiva a transformação social e principalmente por parte dos intelectuais e dos educadores que têm a possibilidade de potencializar a disseminação desse processo.

É impossível separarmos juventude e sociedade e isso nos faz recorrer à Mannheim (1961, p.36) segundo o qual “isto quer dizer que a resposta à pergunta sobre o que deverá ser ensinado à juventude e como o deverá ser, depende, em grande extensão, da natureza da contribuição para a sociedade que se espera da juventude”. A participação do jovem na sociedade é fundamental, mas essa participação jamais poderá vir desacompanhada do senso crítico, e nem tampouco deverá ser esse senso crítico modelado ou contido pois ainda segundo Mannheim (1961, p.43),

o fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nova arrancada de uma sociedade é ele não aceitar como natural a ordem consagrada nem possuir interesses adquiridos de ordem

econômica ou espiritual. Finalmente, as sociedades estáticas ou de lenta transformação dispensam a mobilização e integração desses recursos; **elas até se mostrarão ansiosas para suprimir essas potencialidades**, ao passo que uma sociedade dinâmica está fadada a mais cedo ou mais tarde apelar para esses recursos latentes e, em muitos casos, organiza-los efetivamente.

Esse trabalho pretende realçar dois pontos que possam colaborar com a inflexão na trilha que deva conduzir à efetiva participação cidadã do jovem na sociedade. Inicialmente devemos estar atentos ao fato de que segundo Fromm (1978) o preço que o homem moderno paga pela liberdade e pela possibilidade de ser crítico é o de ficar mais isolado, sozinho e com medo e isto pode induzi-lo a buscar parâmetros externos e alheios para lastrear sua conduta íntima e nortear suas decisões, e esses parâmetros podem ser manipulados. Dessa forma, “malgrado o homem se tenha livrado de velhos inimigos da liberdade, surgiram novos inimigos de natureza distinta – inimigos estes que não são essencialmente restrições externas, mas fatores internos que tolhem a realização total da liberdade da personalidade” (FROMM, 1978, p. 91). O segundo ponto a ser realçado é que para o jovem, a adolescência pela sua característica de intensas mudanças orgânicas, sociais e emocionais, com embate entre os velhos e novos temas, pode confundir o senso crítico do cidadão pela dificuldade de assimilar e compreender essas mudanças, propiciando também, manipulações externas.

4. Conclusão

A dualidade entre liberdade e solidão, remete-nos a uma aproximação com outra dualidade, perpetrada por ocasião da reforma do ensino médio no Brasil no final do século XX : aquela existente entre o ensino acadêmico e o ensino profissional. Em ambos os casos, o discurso pretende suavizar e até disfarçar essa realidade, mas na implementação das políticas públicas percebe-se o nítido direcionamento no sentido de perpetua-las. É preciso estarmos atentos para o fato de que a sociedade deve preparar o jovem para a “integração” e nunca para a “acomodação” ou ainda, segundo Freire (2008), eleger a educação para o “homem-sujeito” e não para o “homem-objeto”, convencido que estava de que a “elevação do pensamento das massas” só poderia ser trilhado pelos caminhos da “politização”.

Pode-se inferir neste ponto do trabalho que a educação profissional poderia atender tanto ao modo de produção, quanto à formação do cidadão integral, dependendo dos seus objetivos e da sua função. A dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional orientada por objetivos e condução política distintos, ressalta as contradições inerentes ao modo de produção dominante, e faz inferir que contribuam com a evasão escolar na educação profissional. É fundamental aos governantes a coerência entre as ações e as intenções que devem ser sempre explicitadas. Compartilha-se com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que postulam ser fundamental perguntar qual é a função da educação profissional e a que projeto de sociedade atende.

Portanto, a formação do cidadão crítico nos Cursos Superiores de Tecnologia permitiria uma dupla contribuição de seus egressos à sociedade, a contribuição tecnológica e econômica e a contribuição social.

Finalizando, recorreremos mais uma vez à Mannheim (1961, p.54), para responder o que a juventude pode nos dar, “a resposta é: ela é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 31.^a ed, 2008.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 11.^a ed., 1978.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 26.^a ed., 2008.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.